



CONCURSO PÚBLICO

AQ_SERV_DPGOM_2025_05 -Fiscalização, Coordenação de Segurança e Serviços para a EMP_DPGOM_2024_46 _ Requalificação dos Centros de Saúde de Alcanena e de Minde

PROGRAMA DE CONCURSO

(nos termos do artigo 132º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29/01 na sua atual redação (20ª versão do diploma contendo o Decreto-Lei n.º 54/2023, de 14 de julho)

PREÇO BASE: 80 920,00 €
(oitenta mil, novecentos e vinte euros)



Índice

Artigo 1.º – Identificação do Concurso.....	3
Artigo 2.º – Identificação e Endereço da Entidade Adjudicante	3
Artigo 3.º – Órgão que tomou a decisão de contratar e escolha do procedimento.....	3
Artigo 4.º – Consulta e Fornecimento de Peças do Procedimento.....	3
Artigo 5.º – Impedimentos	4
Artigo 6.º – Agrupamentos	4
Artigo 7.º – Esclarecimentos, retificação e alteração das peças procedimentais	4
Artigo 8.º – Prorrogação do prazo fixado para a apresentação das propostas	5
Artigo 9.º – Prazo da prestação de serviços.....	6
Artigo 10.º – Preço Base	6
Artigo 11.º – Documentos da Proposta.....	6
Artigo 12.º – Idioma dos documentos da proposta	7
Artigo 13.º – Propostas Variantes.....	7
Artigo 14.º – Prazo para a manutenção das propostas.....	7
Artigo 15.º – Apresentação das Propostas	7
Artigo 16.º – Critério de adjudicação	7
Artigo 17.º – Visita ao local dos trabalhos	8
Artigo 18.º – Retirada das propostas	8
Artigo 19.º – Lista dos concorrentes.....	8
Artigo 20.º – Negociação.....	9
Artigo 21.º – Esclarecimentos e suprimimento de propostas.....	9
Artigo 22.º – Relatório Preliminar	9
Artigo 23.º – Audiência Prévia.....	9
Artigo 24.º – Relatório Final.....	10
Artigo 25.º – Decisão de Adjudicação.....	10
Artigo 26.º – Notificação da decisão de Adjudicação.....	10
Artigo 27.º – Não Adjudicação.....	10
Artigo 28.º – Documentos de Habilitação	10
Artigo 29.º – Apresentação de documentos de habilitação por agrupamentos	12
Artigo 30.º – Não apresentação dos documentos de habilitação	12
Artigo 31.º – Caução para garantir o cumprimento de obrigações.....	12
Artigo 32.º – Aprovação e aceitação da minuta do contrato	12
Artigo 33.º – Redução do contrato a escrito	13
Artigo 34.º – Encargos do concorrente.....	13
Artigo 35.º – Gestor do contrato	13
Artigo 36.º – Remissão.....	13
Artigo 37.º – Legislação aplicável.....	13
ANEXO I	14
ANEXO II	16
ANEXO III.....	17
ANEXO IV	18
ANEXO V	19
ANEXO VI.....	21
LISTA DE AFETAÇÕES DA EQUIPA TÉCNICA	21



PROGRAMA DE CONCURSO

Artigo 1.º – Identificação do Concurso

1. O presente concurso, elaborado ao abrigo do disposto no CCP (Código dos Contratos Públicos), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, na sua atual redação, (20ª versão do diploma contendo o Decreto-Lei n.º 54/2023, de 14 de julho), tem por objeto a realização da Aquisição de Serviços de **Fiscalização, Coordenação de Segurança e Serviços para a EMP_DPGOM_2024_46 _ Requalificação dos Centros de Saúde de Alcanena e de Minde**
2. O presente procedimento por Concurso Público é efetuado nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP.
3. A Empreitada de **Requalificação dos Centros de Saúde de Alcanena e de Minde** decorre nas freguesias de Alcanena e Minde, cujo contrato se encontra em fase de elaboração com a empresa Miraterra - Obras Públicas, Lda com o valor de 1.998.900,04 € ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor, e prazo de execução de 450 dias. Em anexo disponibiliza-se os **Projetos de Execução** que estiveram na base do concurso de **Requalificação dos Centros de Saúde de Alcanena e de Minde**.

Artigo 2.º – Identificação e Endereço da Entidade Adjudicante

A entidade pública adjudicante é o **Município de Alcanena**, pessoa coletiva n.º 500 745 773, sede em Edifício dos Paços do Concelho, Praça 8 de Maio, 2380-037 Alcanena, com os seguintes contactos:

Telefone: +351 249 889 010;

Email: geral@cm-alcanena.pt;

Website oficial: <http://www.cm-alcanena.pt>.

Artigo 3.º – Órgão que tomou a decisão de contratar e escolha do procedimento

A decisão de contratar, nos termos do n.º 1 do artigo 36.º do CCP é tomada por Deliberação da Câmara Municipal de Alcanena.

Artigo 4.º – Consulta e Fornecimento de Peças do Procedimento

1. As peças do procedimento serão **integralmente disponibilizadas de forma livre e gratuita** na Plataforma Eletrónica de Contratação Pública, AcinGov, acessível através do sítio eletrónico <http://www.acingov.pt>, a partir da data de publicação do respetivo anúncio na 2.ª série do Diário da República.
2. As peças procedimentais que não possam, total ou parcialmente, ser disponibilizadas sem restrições de acesso, designadamente por motivos de segurança, são disponibilizadas por outros meios adequados, que devem ser indicados aos interessados.
3. Quando, por qualquer motivo, as peças do procedimento não tiverem sido disponibilizadas, nos termos do disposto no n.º 1, desde o dia da publicação do anúncio, o prazo fixado para a apresentação das propostas deve ser prorrogado, oficiosamente ou a pedido dos interessados, no mínimo pelo período equivalente ao do atraso verificado.



4. A decisão de prorrogação prevista no número anterior cabe ao órgão competente para a decisão de contratar e deve ser junta às peças do procedimento e notificada a todos os interessados que as tenham adquirido, publicando-se imediatamente aviso daquela decisão, nos mesmos termos em que foi publicitado o anúncio do procedimento.

5. As peças do concurso também se encontram patentes em formato de papel na DPGOM – Divisão de Planeamento e Gestão de Obras Municipais, do Município de Alcanena, no Edifício dos Paços do Concelho, Praça 8 de Maio, 2380-037 Alcanena, onde podem ser consultadas (horário expediente: 9h às 12:30h e das 14:00h às 17:30h).

Os contactos para efeito do presente concurso são os seguintes:

Telefone: +351 249 889 010 (geral);

Telefone: +351 249 889 022 (DPGOM);

Correio Eletrónico: obras.municipais@cm-alcanena.pt

6. O processo do concurso é constituído pelas peças:

- Anúncio;
- O presente Programa de Concurso, incluindo anexos;
- O Caderno de Encargos, incluindo Projetos de Execução da Requalificação dos Centros de Saúde de Alcanena e de Minde

Artigo 5.º – Impedimentos

Não podem ser concorrentes ou integrar qualquer agrupamento as entidades que se encontrem em qualquer das situações indicadas no artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos, sem prejuízo da relevação dos impedimentos nos termos do artigo 55.º-A do CCP.

Artigo 6.º – Agrupamentos

1. Ao concurso poderão apresentar-se agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas, qualquer que seja a atividade por elas exercida, sem que entre as mesmas exista qualquer modalidade jurídica de associação.

2. Os membros de um agrupamento concorrente não podem ser concorrentes no mesmo procedimento, nos termos do disposto no Código dos Contratos Públicos, nem integrar outro agrupamento concorrente.

3. Todos os membros de um agrupamento concorrente são solidariamente responsáveis, perante a entidade adjudicante, pela manutenção da proposta.

4. Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento concorrente, e apenas estes, devem associar-se, obrigatoriamente, antes da celebração do contrato, na **modalidade jurídica de consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária**.

Artigo 7.º – Esclarecimentos, retificação e alteração das peças procedimentais

1. **No primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas**, os interessados podem solicitar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e, no mesmo prazo, devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados, na plataforma eletrónica <http://www.acingov.pt>;

2. Consideram-se erros e omissões das peças do procedimento nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do CCP, os que digam respeito a:



- a) Aspetos ou dados que se revelem desconformes com a realidade;
 - b) Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar;
 - c) Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar que o interessado não considere exequíveis;
 - d) Erros e omissões do projeto de execução que não se incluam nas alíneas anteriores.
3. A lista a apresentar ao órgão competente para a decisão de contratar deve identificar, expressa e inequivocamente, os erros ou omissões detetados, com exceção dos referidos na alínea d) do número anterior e daqueles que por eles apenas pudessem ser detetados na fase de execução do contrato, atuando com a diligência objetivamente exigível em face das circunstâncias concretas.
4. O incumprimento do dever de identificar erros e omissões a que se referem os números anteriores tem a consequência prevista no n.º 3 do artigo 378.º.
5. **Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas,** ou até ao prazo fixado no convite ou no programa de concurso:
- a) O júri do procedimento ou o órgão competente para a decisão de contratar, presta os esclarecimentos solicitados;
 - b) O órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, **considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.**
6. O órgão competente para a decisão de contratar deve identificar os termos do suprimento de cada um dos erros ou das omissões aceites nos termos do disposto na alínea b) do número anterior.
7. Independentemente do disposto nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar pode, oficiosamente, proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, bem como prestar esclarecimentos, no mesmo prazo referido no n.º 5, ou até ao final do prazo de entrega de candidaturas ou propostas, devendo, neste caso, atender-se ao disposto no artigo 64.º do CCP, quanto à prorrogação do prazo fixado para a apresentação das propostas.
8. Os esclarecimentos, as retificações e as listas com a identificação dos erros e omissões detetados pelos interessados devem ser disponibilizados na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante e juntos às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, devendo todos os interessados que as tenham obtido ser imediatamente notificados desse facto.
9. Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

Artigo 8.º – Prorrogação do prazo fixado para a apresentação das propostas

1. Quando as retificações ou os esclarecimentos previstos no artigo 50.º do CCP sejam comunicados para além do prazo estabelecido para o efeito, o prazo fixado para a apresentação das propostas deve ser prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao do atraso verificado.
2. Quando as retificações ou a aceitação de erros ou de omissões das peças do procedimento referidas no artigo 50.º do CCP, independentemente do momento da sua comunicação, implicarem alterações de aspetos fundamentais das peças do procedimento, o prazo fixado para a apresentação das propostas deve ser prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao tempo decorrido desde o início daquele prazo até à comunicação das retificações ou à publicação da decisão de aceitação de erros ou de omissões.



3. A pedido fundamentado de qualquer interessado que tenha adquirido as peças do procedimento, o prazo fixado para a apresentação das propostas pode ser prorrogado pelo período considerado adequado, o qual aproveita a todos os interessados.

4. As decisões de prorrogação nos termos do disposto nos números anteriores cabem ao órgão competente para a decisão de contratar e devem ser juntas às peças do procedimento e notificadas a todos os interessados que as tenham adquirido, publicando-se imediatamente aviso daquelas decisões, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 130.º do CCP.

Artigo 9.º – Prazo da prestação de serviços

1. O contrato mantém-se em vigor até à conclusão dos serviços a prestar pelo Prestador de Serviços em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na Lei, que deverão ser concluídos num prazo estimado de **17 meses (prazo execução da empreitada a fiscalizar é de 450 dias)** sem prejuízo de eventuais prorrogações e das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

2. Fica ainda, ressalvada a obrigatoriedade da presença do adjudicatário no decurso do prazo de garantia relativos à empreitada, sempre que solicitado pela Câmara Municipal a pronunciarem-se sobre deficiências das mesmas e no processo conducente à receção definitiva e extinções de caução e elaboração dos respetivos autos.

Artigo 10.º – Preço Base

O Preço Base do procedimento para a presente aquisição de serviços é de **80 920,00 € (oitenta mil, novecentos e vinte euros)** acrescido do IVA à taxa legal em vigor, e corresponde ao montante máximo que o Município se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato.

Artigo 11.º – Documentos da Proposta

1. A proposta do concorrente é constituída pelos seguintes documentos:

a) **Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos**, elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo I do CCP e apresentado em **Anexo I** deste Programa de concurso;

A declaração deve ser assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar.

Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, a declaração deve ser assinada pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à declaração os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por todos os seus membros ou respetivos representantes

b) **Documento com Preço total**, em conformidade com o modelo no **ANEXO III** (minuta da proposta) ao presente Programa do Procedimento. (Documento em função do objeto do contrato a celebrar e dos aspetos da sua execução submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, contem os atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar).



c) **Documento** justificativo do preço, em ficheiro de folha de cálculo editável compatível com formato “EXCEL”, constituída por orçamento completo e discriminado devendo o total corresponder ao preço global da proposta, contendo os seguintes elementos:

- Mapeamento mensal da equipa técnica evidenciando os custos unitários de cada técnico a afetar à obra, durante o prazo de 17 meses, exceto Arqueologia 6 meses, previsto conforme Modelo do **ANEXO VI**;

d) **Memória descritiva** do desenvolvimento da prestação de serviços, incluindo descrição do modo de prestação dos serviços, dos procedimentos de acompanhamento e fiscalização das atividades e de organização.

2. Os preços constantes da proposta são indicados em algarismos e não incluem o IVA.

3. Quando os preços constantes da proposta forem também indicados por extenso, em caso de divergência, estes prevalecem, para todos os efeitos sobre os indicados em algarismos.

4. Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.

5. A **classificação**, nos termos da lei, de **documentos** que constituem a proposta, para efeitos da restrição ou da limitação do acesso aos mesmos na medida do estritamente necessário, deve ser requerida pelos interessados, **até ao termo do primeiro terço do prazo fixado para apresentação das propostas**, obedecendo ao previsto no art.º 66.º do CCP.

Artigo 12.º – Idioma dos documentos da proposta

Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.

Artigo 13.º – Propostas Variantes

1. Não é admitida a apresentação de propostas variantes.

2. Para efeitos do presente procedimento, proposta variante é aquela que, relativamente a um ou a mais aspetos do contrato a celebrar contenham atributos que digam respeito a condições contratuais alternativas nos termos expressamente admitidos pelo caderno de encargos.

3. Nos casos em que o programa do procedimento não permita a apresentação de propostas variantes, cada concorrente só pode apresentar uma única proposta.

Artigo 14.º – Prazo para a manutenção das propostas

Os concorrentes ficam obrigados a manter as suas propostas durante um período de 100 dias contados da data do termo do prazo fixado para a sua apresentação, que se prorroga sucessivamente por períodos de 30 dias, no caso de no decorrer de cada período os concorrentes nada declararem em contrário.

Artigo 15.º – Apresentação das Propostas

As propostas e os documentos que a constituem devem ser apresentadas, **até às 23:59:59 h do 6.º dia (contínuos)**, a contar da data do envio da publicação do anúncio para publicação no Diário da República.

Artigo 16.º – Critério de adjudicação



1. O critério no qual se baseia a adjudicação, em conformidade com o disposto na alínea b) do nº 1 artigo 74.º do CCP, é o da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade **Monofator**, de acordo com a qual o critério de adjudicação é densificado por um fator correspondente a um único aspeto da execução do contrato a celebrar - **Fator Preço**.
2. Em caso de empate entre as propostas, serão aplicados sucessivamente, até se verificar o respetivo desempate, os seguintes critérios:
 - a) O que tiver o menor preço unitário do Diretor de Fiscalização;
 - b) Sorteio na presença de um representante de cada um dos concorrentes que se mantenha o empate, ato do qual será lavrada ata assinada por todos os presentes.

Artigo 17.º – Visita ao local dos trabalhos

1. Durante o prazo fixado para a entrega das propostas, os interessados poderão inspecionar os locais objeto de intervenção e realizar neles os reconhecimentos e estudos que entenderem indispensáveis à elaboração das suas propostas, devendo inteirar-se das condições que influam no modo de execução dos serviços.
2. Os interessados não poderão, em caso algum, invocar a ausência dos aludidos reconhecimentos ou estudos para condicionar a apresentação da sua proposta.
3. Independentemente das informações fornecidas nas peças patenteadas a concurso, entende-se que, com a apresentação da sua proposta a concurso, o concorrente se inteirou localmente das condições de realização de todos os trabalhos referentes à empreitada, tendo procedido a todas as avaliações, indagações e medições para o efeito necessárias, tendo inclusivamente procedido à verificação das estruturas e dos equipamentos existentes e de todos os factos e circunstâncias relevantes para desenvolvimento de todos os trabalhos objeto do presente concurso.
4. Os interessados que efetuarem os estudos e / ou reconhecimento referidos em 1, fazem-no por sua própria responsabilidade, sendo da sua responsabilidade as autorizações que se mostrem necessárias bem como o pagamento de eventuais indemnizações por prejuízos causados com os referidos trabalhos.
5. Os interessados deverão ter em consideração os diversos aspetos condicionantes ao desenvolvimento dos serviços, e execução dos trabalhos, identificados no Caderno de Encargos e / ou identificados nas visitas aos locais.

Artigo 18.º – Retirada das propostas

1. Até ao termo do prazo fixado para apresentação das propostas, os interessados que já as tenham apresentado, podem retirá-las, bastando comunicar tal facto à entidade adjudicante.
2. O exercício da faculdade prevista no número anterior não prejudica o direito de apresentação de nova proposta dentro daquele prazo.

Artigo 19.º – Lista dos concorrentes

No dia imediato ao termo do prazo fixado para apresentação das propostas, o Júri, procede à publicitação da lista dos concorrentes na Plataforma Eletrónica, com endereço eletrónico <http://www.acingov.pt>.



Artigo 20.º – Negociação

As propostas apresentadas não serão objeto de negociação.

Artigo 21.º – Esclarecimentos e suprimento de propostas

1. O Júri do procedimento pode pedir aos concorrentes quaisquer esclarecimentos sobre as propostas apresentadas que considere necessários para efeitos da análise e da avaliação das mesmas.
2. Os esclarecimentos prestados pelos respetivos concorrentes fazem parte integrante das mesmas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinem a sua exclusão nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 70.º do Código dos Contratos Públicos.
3. O júri deve solicitar aos concorrentes que, no prazo máximo de cinco dias, procedam ao suprimento de irregularidades formais das suas propostas que careçam de ser supridas, desde que tal suprimento não seja suscetível de modificar o respetivo conteúdo e não desrespeite os princípios da igualdade de tratamento e da concorrência, incluindo, designadamente:
 - a) A não apresentação ou a incorreta apresentação de documentos que se limitem a comprovar factos ou qualidades anteriores à data de apresentação da proposta, incluindo as declarações dos anexos i e v ao presente Código ou o Documento Europeu Único de Contratação Pública;
 - b) A não junção de tradução em língua portuguesa de documentos apresentados em língua estrangeira;
 - c) A falta ou insuficiência da assinatura, incluindo a assinatura eletrónica, de quaisquer documentos que constituam a proposta, as quais podem ser supridas através da junção de declaração de ratificação devidamente assinada e limitada aos documentos já submetidos.
4. O júri procede à retificação oficiosa de erros de escrita ou de cálculo contidos nas propostas, desde que seja evidente para qualquer destinatário a existência do erro e os termos em que o mesmo deve ser corrigido.
5. Os pedidos do júri bem como as respostas esclarecimentos referidos nos números anteriores devem ser disponibilizados na Plataforma Eletrónica de Contratação com endereço eletrónico <http://www.acingov.pt> devendo todos os concorrentes ser imediatamente notificados desse facto.

Artigo 22.º – Relatório Preliminar

1. O júri elabora fundamentadamente um Relatório Preliminar sobre o mérito das propostas, no qual deve propor a ordenação das propostas, após a respetiva análise e a aplicação do critério de adjudicação constante deste programa de concurso.
2. No relatório mencionado no número anterior, o júri deve também propor fundamentadamente a exclusão das propostas, pelos motivos constantes do n.º 2 e do n.º 3 do artigo 146.º do CCP.
3. Do relatório preliminar deve ainda constar referência aos esclarecimentos prestados pelos concorrentes nos termos do disposto no artigo 72.º do CCP.

Artigo 23.º – Audiência Prévia

Elaborado o Relatório Preliminar o Júri envia-o a todos os concorrentes (disponibilizando na plataforma eletrónica <http://www.acingov.pt>) fixando-lhes o **prazo de 5 dias** para se



pronunciarem por escrito ao abrigo do direito de **audiência prévia**, salvo se tiver sido apresentada uma única proposta, aplicando-se, nesse caso, o disposto no artigo 125.º do CCP.

Artigo 24.º – Relatório Final

1. Finda a Audiência Prévia o Júri elabora um Relatório Final fundamentado, no qual pondera as observações dos concorrentes efetuadas ao abrigo do direito de audiência prévia, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar, podendo ainda propor a exclusão de propostas se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos previstos no n.º 2 do artigo 146.º do CCP.
2. No caso previsto na parte final do número anterior, bem como quando do relatório final resulte uma alteração da ordenação das propostas constante do relatório preliminar, o júri procede a nova audiência prévia, nos termos previstos no artigo anterior, sendo subsequentemente aplicável o disposto no número anterior.

Artigo 25.º – Decisão de Adjudicação

1. O Relatório Final, juntamente com os demais documentos que compõem o processo de concurso, é enviado ao órgão competente para a decisão de contratar.
2. Cabe ao órgão competente para a decisão de contratar decidir sobre a aprovação de todas as propostas contidas no relatório final, nomeadamente para efeitos de adjudicação.
3. Cumpridas as formalidades previstas nos números anteriores a Câmara Municipal de Alcanena procede à adjudicação da proposta hierarquizada em primeiro lugar.

Artigo 26.º – Notificação da decisão de Adjudicação

1. A decisão de adjudicação é notificada em simultâneo a todos os concorrentes, indicando-se, quando aplicável, o prazo de suspensão previsto no n.º 3 do artigo 95.º ou na alínea a) do n.º 1 do artigo 104.º, conforme o caso.
2. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar deve notificar o adjudicatário para:
 - a) Apresentar os Documentos de Habilitação constantes do artigo 28.º deste programa do procedimento, no prazo de 10 dias;
 - b) Confirmar, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada, no prazo de 10 dias;
 - c) Se pronunciar sobre a minuta do contrato e ajustamentos propostos.

Artigo 27.º – Não Adjudicação

1. Não há lugar a adjudicação quando se verifiquem as causas previstas no art.º 79.º do CCP.
2. Em caso de decisão de não adjudicação, será a mesma bem como os respetivos fundamentos, notificada a todos os concorrentes.

Artigo 28.º – Documentos de Habilitação

1. O Adjudicatário deve apresentar na plataforma eletrónica no sítio <http://www.acingov.pt> (ou se a mesma se encontrar indisponível para o endereço de correio eletrónico, obras.municipais@cm-alcanena.pt) **no prazo de 05 (cinco) dias** após a notificação de adjudicação, os seguintes documentos de habilitação:



a) Declaração emitida conforme modelo (anexo II do CCP) constante do **Anexo II** a este Programa de Procedimento;

b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos;

c) Relativamente à equipa:

c.1. Documentos comprovativos, de inscrição nas respetivas ordens ou associações profissionais a especificação das funções que assumem, com comprovativo da respetiva habilitação para execução dos serviços, bem como comprovativo dos elementos de seguro de responsabilidade civil, conforme n.º 1 do art.º 7.º da Lei n.º 31/2009 de 03/07 na sua atual redação (versão dada pela lei n.º 25/2018 de 14/06);

c.2. Termo de responsabilidade do Diretor de Fiscalização;

c.3. Curriculum Vitae de cada um dos elementos da equipa;

d) Declaração sob compromisso de honra, em que a firma adjudicatária declara que cumpre todas as obrigações legais relativamente a trabalhadores imigrantes e não recorre a trabalhadores ilegais, de acordo com o **Anexo IV**;

e) Declaração de cumprimento de RGPD conforme modelo constante do **Anexo V**;

f) Certidão do Registo Comercial com todas as inscrições em vigor ou código de acesso para consulta online;

g) - Apresentação de um plano de prevenção de corrupção e de infrações conexas, salvo se o adjudicatário, for uma pessoa singular ou uma micro, pequena ou média empresa, devidamente certificada nos termos da lei, caso em que deve ser apresentado os respetivos comprovativos.

2. O órgão competente para a decisão de contratar pode sempre solicitar ao adjudicatário, ainda a que tal não conste do convite ou do programa do procedimento, a apresentação de quaisquer documentos comprovativos da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a execução das prestações objeto do contrato a celebrar, fixando-lhe um prazo para o efeito.

3. O adjudicatário deve apresentar reprodução dos documentos de habilitação referidos no n.º 1 artigo 81.º do CCP e nos artigos 2.º ou 3.º da Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro, através da plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante ou através de correio eletrónico, consoante o procedimento de formação do contrato público tenha utilizado um ou outro meio eletrónico.

4. Quando os documentos de habilitação exigidos se encontrem disponíveis na Internet, o adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar à entidade adjudicante o endereço do sítio onde aqueles documentos podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítio e documentos dele constantes estejam redigidos em língua portuguesa.

5. Quando o adjudicatário tenha prestado consentimento, nos termos da lei, para que a entidade adjudicante consulte a informação relativa a qualquer dos documentos referidos é dispensada a sua apresentação.

6. Em caso de deteção de irregularidades nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do disposto no artigo 86.º, será concedido ao adjudicatário um prazo de **2 dias** para a respetiva supressão.



Artigo 29.º – Apresentação de documentos de habilitação por agrupamentos

1. Quando o adjudicatário for um agrupamento de pessoas singulares ou coletivas, os documentos previstos no n.º 1 do artigo 81.º do CCP e na Portaria n.º 372/2017 de 14 de dezembro devem ser apresentados por todos os seus membros.
2. É aplicável aos membros dos agrupamentos concorrentes o disposto no n.º 4 do artigo 2.º e no n.º 4 do artigo 3.º da Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro.

Artigo 30.º – Não apresentação dos documentos de habilitação

1. Nos termos previstos no art.º 86.º do CCP a **adjudicação caduca** se, por facto que lhe seja imputável, **o adjudicatário não apresentar os documentos de habilitação**:
 - a) No prazo fixado neste programa do procedimento;
 - b) No prazo fixado pelo órgão competente para a decisão de contratar, no caso previsto no n.º 8 do artigo 81.º;
 - c) Redigidos em língua portuguesa, ou acompanhados de tradução devidamente legalizada no caso de estarem, pela sua natureza ou origem, redigidos numa outra língua, salvo se o programa do procedimento dispuser diferentemente e estabelecer a suficiência da redação dos documentos em língua estrangeira sem necessidade de tradução.
2. Sempre que se verifique um facto que determine a caducidade da adjudicação nos termos do n.º 1, o órgão competente para a decisão de contratar deve notificar o adjudicatário relativamente ao qual o facto ocorreu, fixando-lhe um prazo, **de 3 dias**, para que se pronuncie, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.
3. Quando as situações previstas no n.º 1 se verificarem por facto que não seja imputável ao adjudicatário, o órgão competente para a decisão de contratar deve conceder-lhe, em função das razões invocadas, um prazo adicional para a apresentação dos documentos em falta, sob pena de caducidade da adjudicação.
4. Em caso de caducidade da adjudicação a Câmara Municipal de Alcanena deve adjudicar à proposta ordenada em lugar subsequente.

Artigo 31º – Caução para garantir o cumprimento de obrigações

Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 88.º do CCP, não é exigida a prestação de caução, nem haverá lugar a retenções nos pagamentos.

Artigo 32.º – Aprovação e aceitação da minuta do contrato

1. A minuta do contrato é aprovada pelo órgão competente para a decisão de contratar em simultâneo com a decisão de adjudicação.
2. Depois de aprovada a minuta do contrato a celebrar, o órgão competente para a decisão de contratar notifica-a (em simultâneo com a comunicação de adjudicação) ao adjudicatário, assinalando expressamente os ajustamentos propostos nos termos do art.º 99.º do CCP.
3. A minuta do contrato a celebrar e os ajustamentos propostos consideram-se aceites pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos **5 dias** subsequentes à respetiva notificação.
4. Os ajustamentos ao contrato que sejam aceites pelo adjudicatário devem ser notificados a todos os concorrentes cujas propostas não tenham sido excluídas.



Artigo 33.º – Redução do contrato a escrito

Nos termos do n.º 1 do artigo 94.º do CCP, o contrato será reduzido a escrito através da elaboração de um clausulado em suporte informático com a aposição de assinaturas eletrónicas.

Artigo 34.º – Encargos do concorrente

1. São encargos do concorrente as despesas inerentes à elaboração da proposta, incluindo as de prestação de caução.
2. Nos termos do n.º 2 do artigo 94.º do CCP, são ainda da conta do concorrente as despesas e encargos inerentes à celebração do contrato, que inclui as decorrentes do Visto do Tribunal de Contas, quando a este houver lugar.

Artigo 35.º – Gestor do contrato

Nos termos do artigo 290º- A do CCP, a entidade adjudicante designará um gestor do contrato, e seu substituto com a função de acompanhar permanentemente a execução do mesmo.

Artigo 36.º – Remissão

É aplicável ao presente contrato de prestação de serviços a celebrar a obrigatoriedade de cumprimento do disposto no art.º 419.º-A do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 37.º – Legislação aplicável

1. Lei n.º 31/2009 de 03/07 na sua atual redação (versão dada pela lei n.º 25/2018 de 14/06) - qualificação profissional exigível aos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projetos, coordenação de projetos.
2. A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente Programa de Concurso aplica-se o regime previsto no Código dos Contratos Públicos - CCP e demais legislação aplicável.
3. As normas constantes do CCP relativas às fases de formação e de execução do contrato prevalecem sobre quaisquer disposições das peças do procedimento com elas desconformes.
4. O adjudicatário, no âmbito do contrato está obrigado à adoção de todas as medidas necessárias ao cumprimento do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados, UE 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27/04/2016 e demais legislação aplicável.



ANEXO I

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DO CONTEÚDO DO CADERNO DE ENCARGOS

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º-A, conforme aplicável]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a)...

b)...

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em



qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (4)].

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º
- (4) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º



ANEXO II
MODELO DE DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO
[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 - O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º



ANEXO III

MINUTA DA PROPOSTA

[a que se refere a alínea b) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2018, de 29 de janeiro, na sua atual redação (20.ª versão do diploma, contendo as alterações do DL n.º 54/2023, de 14/07)

_____ (indicar firma e sede, ou nome, estado civil, profissão, e morada), depois de ter tomado conhecimento do objeto do Procedimento, para **AQ_SERV_DPGOM_2025_05 - Fiscalização, Coordenação de Segurança e Serviços para a EMP_DPGOM_2024_46 _ Requalificação dos Centros de Saúde de Alcanena e de Minde** (designação do concurso), a que se refere o convite / anúncio datado de _____ (data), obriga-se a executar a prestação de serviços, de acordo com as condições estabelecidas nas Especificações do Caderno de Encargos e demais documentação, pelo Preço total de _____ (em algarismos e por extenso), aos quais, acresce o IVA à taxa legal em vigor, constituindo este elemento o atributo da sua proposta para os efeitos do disposto na alínea b) do n.º 1 do art.º 57.º do Código dos Contratos Públicos.

Mais declara que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do seu contrato, ao qual se achar prescrito na Legislação Portuguesa em vigor

Local e Data...

Assinatura...



ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO RELATIVA A TRABALHADORES IMIGRANTES

..... (nome do empreiteiro), pessoa coletiva n.º,
matriculada na Conservatória do Registo Comercial de sob o n.º,
detentor do alvará n.º, com o capital social de com sede em
..... representado(a) pelos Senhores e
....., na qualidade respetivamente de e
(no caso de Agrupamento ou Consórcio, identificação de todas as empresas que o constitui),
declara para os devidos efeitos legais, nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 198.º do
Decreto-Lei n.º 23/2007, de 4 de Julho, na sua atual redação, que cumpre todas as
obrigações legais relativamente a trabalhadores imigrantes utilizados na realização dos
trabalhos da empreitada, designadamente a legislação laboral e as obrigações de declaração
de rendimentos sujeitos a desconto respeitantes à Administração Tributária e à Segurança
Social.

Data:

Assinatura:



ANEXO V

(MODELO DE DECLARAÇÃO REFERENTE A RGPD-REGULAMENTO GERAL PROTEÇÃO DADOS)

... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), por este meio, na qualidade de subcontratante do Município de Alcanena, nos termos e para os efeitos no disposto no artigo 28º do Regulamento (EU) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de Abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados, e nos termos do qual a sua qualidade de subcontratante exige o cumprimento do referido Regulamento, atesta que:

- Que trata os dados pessoais apenas mediante instruções documentadas do responsável pelo tratamento, incluindo no que respeita às transferências de dados para países terceiros ou organizações internacionais, exceto se for obrigado a fazê-lo pelo direito da União ou do Estado-Membro a que está sujeito, informando nesse caso o responsável pelo tratamento desse requisito, antes de proceder a essa transferência, salvo se tal informação for proibida por motivos de interesse público;

- Garante que as pessoas autorizadas a tratar dados pessoais assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade;

- Adota todas as medidas de segurança do tratamento, designadamente:

A pseudonimização e a cifragem de dados pessoais;

A capacidade de assegurar a confidencialidade, integridade, disponibilidade e resiliência permanentes dos sistemas e dos serviços de tratamento;

Capacidade de restabelecer a disponibilidade e o acesso aos dados pessoais de forma atempada em caso de incidente físico ou técnico;

Têm um processo para testar, apreciar e avaliar regularmente a eficácia das medidas técnicas e organizativas para garantir a segurança do tratamento

O cumprimento de um código de conduta ou de um procedimento de certificação poderá ser utilizado como elemento para demonstrar o cumprimento de todas estas obrigações.

- Apenas contratará outro subcontratante se o Responsável pelo Tratamento o autorizar ou, em caso de autorização prévia, comunicará ao Responsável pelo Tratamento a contratação de um subcontratante que deverá respeitar todas as obrigações de tratamento decorrentes do RGPD;

- Presta assistência ao responsável pelo tratamento através de medidas técnicas e organizativas adequadas, para permitir que este cumpra a sua obrigação de dar resposta aos pedidos dos titulares dos dados tendo em vista o exercício dos seus direitos;

- Presta assistência ao responsável pelo tratamento no sentido de assegurar o cumprimento das obrigações de segurança no tratamento, notificação à autoridade de controlo e aos titulares em caso de violação de dados pessoais, avaliação de impacto sobre a proteção de dados e consulta prévia, tal como previstas nos artigos 32.º a 36.º, tendo em conta a natureza de tratamento e a informação ao dispor do subcontratante;

- Dependendo da opção do responsável pelo tratamento, apaga ou devolve-lhe todos os dados pessoais depois de concluída a prestação de serviços relacionados com o tratamento, apagando as cópias existentes, a menos que a conservação dos dados seja exigida ao abrigo do direito da União ou dos Estados-Membros; e

- Disponibiliza ao responsável pelo tratamento todas as informações necessárias para demonstrar o cumprimento das obrigações que impendem sobre o subcontratante e facilita e



contribui para as auditorias, inclusive as inspeções, conduzidas pelo responsável pelo tratamento ou por outro auditor para este mandatado.

O subcontratante compromete-se a informar imediatamente o responsável pelo tratamento se considerar que alguma instrução viola o RGPD ou outras disposições do direito da União ou dos Estados-Membros em matéria de proteção de dados.

Data e Assinatura



ANEXO VI

LISTA DE AFETAÇÕES DA EQUIPA

1	Aq_Serv_DPGOM_2025_05-Fiscalização, Coordenação de Segurança e Serviços para a EMP_DPGOM_2024_46 _ Requalificação dos Centros de Saúde de Alcanena e de Minde						
1.1	Meios humanos em obra						
1.1.1	Para diretor(a) de Fiscalização da Obra – Engenheiro (a) Civil ou Engenheiro (a) Técnico Civil, com o mínimo de dez anos de experiência , inscrito na Ordem dos Engenheiros ou Ordem dos Engenheiros Técnicos	17,00	mês	20,00%	3 000,00 €	600,00 €	10 200,00 €
1.1.2	Engenheiro(a) fiscal residente em obra - engenheiro(a) ou engenheiro(a) técnico(a), este com o mínimo de cinco anos de experiência no acompanhamento de obras similares, com formação em engenharia civil, inscrito na Ordem dos Engenheiros ou Ordem dos Engenheiros Técnicos, respetivamente	17,00	mês	40,00%	2 800,00 €	1 120,00 €	19 040,00 €
1.1.3	Coordenador(a) de Segurança e Saúde em Obra, com certificado de aptidão profissional equivalente a Técnico Superior de Higiene e Segurança no Trabalho, com uma experiência mínima de cinco anos no acompanhamento de obras.	17,00	mês	20,00%	2 800,00 €	560,00 €	9 520,00 €
1.1.4	Eng.º Eletrotécnico com o mínimo de cinco anos de experiência no acompanhamento de obras .	17,00	mês	60,00%	2 800,00 €	1 680,00 €	28 560,00 €
1.2	Apoio de Sede incluindo todos os materiais e equipamentos, computadores necessários ao bom funcionamento da prestação de serviços, incluindo internet ,impressoras etc... ,com técnicos de formação superior de especialidade relacionadas com a prestação de serviços (por ex:Engº Mecânico), e apoio jurídico com deslocação à obra quando se revele necessário à adequada prestação dos serviços .	17,00	mês	100,00%	800,00 €	800,00 €	13 600,00 €
Total:							80 920,00 €